

ACTA Nº. 26/2011

*Minuta da Acta da reunião extraordinária da
Câmara Municipal de Vila Real de Santo António,
realizada no dia 16 DE NOVEMBRO DE 2011.*

*Aos dezasseis dias do mês de Novembro de 2011, em Vila Real de Santo António, na Sala Marquês de Pombal da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo **Francisco José Leiria Sabino**, Chefe da Divisão de Actividades Económicas, compareceram pelas 10.00 horas, o Sr. Vice-Presidente, **José Carlos Costa Barros** e os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **Francisco José Cristo da Palma**, **Silvia Duro Lopes Gomes Madeira**, e **Jovita de Fátima Romano Ladeira**, a fim de se realizar a reunião extraordinária a que se refere o artigo 63º. da Lei n.º 169/99, de dezoito de Setembro.*

ABERTURA DA REUNIÃO: - *Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:*

- **APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS A COBRAR PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO COMPLEXO DESPORTIVO EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;**
- **APROVAÇÃO DA TABELA DE PREÇOS RELATIVOS AO PAVILHÃO DE VILA NOVA DE CACELA;**
- **ALTERAÇÃO DO TARIFÁRIO DO COMPLEXO MUNICIPAL DE PISCINAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;**
- **PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E COMBATE À DOENÇA;**
- **PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A AGREGADOS FAMILIARES DESFAVORECIDOS;**
- **PROJECTO DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;**

- REGULAMENTO PARA APOIO À HABITAÇÃO DEGRADADA PARA ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS NO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- APROVAÇÃO DA SEGUNDA VERSÃO DOS PROJECTOS DE REGULAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA AO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E DE REGULAMENTO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DAS “CONDIÇÕES DE ALIENAÇÃO DOS LOTES DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL”;
- VRSA: UNIDADE CUIDADOS CONTINUADOS “DENUNCIA ACORDO COM A VILLALIVING; REVERSÃO DO TERRENO CEDIDO EM DIREITO DE SUPERFÍCIE E DE UMA FORMA NÃO ONEROSA; PROMOÇÃO CONTACTOS CAPAZES ALAVANCAR O PROJECTO”;
- ACORDO DE AFECTAÇÃO DE ACTIVOS TANGÍVEIS ENTRE ENTIDADES DO GRUPO ECONÓMICO CONSOLIDANTE MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ADENDA PARA ALTERAÇÃO AO CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M. S.A., RELATIVO À GESTÃO DO EQUIPAMENTO COLECTIVO DA CASA DO AVÔ;
- ADENDA PARA ALTERAÇÃO AO CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M. S.A., PARA A REABILITAÇÃO E EXPLORAÇÃO CONJUNTA, DE IMÓVEIS SITUADOS NO CENTRO HISTÓRICO, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DA VRSA SGU EM SA;
- CONTRATO-PROGRAMA DE APOIO COM RECURSOS DA VRSA SGU EM SA NA ACTIVIDADE MUNICIPAL DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS;
- CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M. S.A., PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS DO CONCELHO;
- CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M. S.A., PARA A ORÇAMENTAÇÃO, EXECUÇÃO, E FISCALIZAÇÃO DE RAMAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS;
- CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M. S.A., PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FRENTE RIBEIRINHA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

DELIBERAÇÃO: - Foi tomada a seguinte deliberação:

ALTERAÇÃO DOS PREÇOS A COBRAR PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO COMPLEXO DESPORTIVO EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

- A Sra. Vereador Jovita Ladeira referiu que após análise dos valores propostos verifica-se que há um aumento de 7% no valor base cobrado, verificando-se que a proposta autonomiza o IVA pelo que ir-se-á verificar mais um aumento de 16% o que conjuntamente nos leva a aumentos, a grosso modo, de 22% no tarifário no Complexo Desportivo. O PS entende que dar condições de acesso à prática desportiva é um serviço público determinante para a qualidade de vida das populações e compete aos Municípios essa prestação de serviços e que face ao quadro recessivo em que se encontra o país associado aos cortes nos salários e ao aumento vertiginosos do desemprego é exigível que o Município não torne mais oneroso e torne mais inacessível quem quer praticar desporto. A Senhora Vereadora propôs que o aumento reflectisse só o aumento da inflação, previsão de 2,4% para 2012 fonte do Banco de Portugal, esta proposta não foi aceite.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a alteração dos preços a cobrar pela prestação de serviços no Complexo Desportivo de Vila Real de Santo António, de acordo com o estipulado na tabela, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

TABELA DE PREÇOS RELATIVOS AO PAVILHÃO DE VILA NOVA DE CACELA.

- A Sra. Vereador Jovita Ladeira referiu que a proposta da Câmara ia exactamente no mesmo sentido da anterior, e exactamente pelas mesmas razões não concordava com o tarifário proposto, voltando a propor que o aumento reflectisse só o aumento da inflação, previsão de 2,4% para 2012 fonte do Banco de Portugal, esta proposta não foi aceite.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a Tabela de Preços do Pavilhão de Vila Nova de Cacela (que inclui ainda os preços pela utilização do ginásio, sala de conferências, bar e balneários), documentos que constituem parte integrante da presente acta.

ALTERAÇÃO DO TARIFÁRIO DO COMPLEXO MUNICIPAL DE PISCINAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

- A Sra. Vereador Jovita Ladeira referiu que a proposta da Câmara ia exactamente no mesmo sentido das anteriores onerosa substancialmente as utilizações não regulares, e exactamente pelas mesmas razões não concordava com o tarifário proposto, voltando a propor que o aumento reflectisse só o aumento da inflação, previsão de 2,4% para 2012 fonte do Banco de Portugal, esta proposta não foi aceite.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a alteração de Tarifário constante do Anexo IV, a implementar no Complexo Municipal de Piscinas por parte da VRSA SGU EM SA, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

Para os devidos efeitos se consigna que a Sra. Vereadora Sílvia Madeira declarou -se impedida, por ter um vínculo contratual com a SGU, e, conseqüentemente, não participou na votação.

PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DA SAUDE E COMBATE À DOENÇA.

- A Sra. Vereador Jovita Ladeira referiu que a proposta da Câmara é estranha. Estranha que só hoje venha um Regulamento desta natureza, onde se pretende clarificar os apoios a dar criando regras bem mais claras, define condições de acesso, situações de excepção análise da candidatura e decisão critérios de atribuição, quando estes apoios são dados há 4 anos o que faz questionar quais foram as regras que existiram, se existiram. Por outro lado não acha normal que um Regulamento desta natureza que deve ter uma abrangência total se dedique quase exclusivamente a deslocações a Cuba, senão vejamos o 11º e 13º onde se fala só das idas a Cuba, da passagem aérea, os acompanhantes a ida de funcionários da Câmara enquanto coordenadores. A Senhora Vereadora referiu ainda que o que mais impressiona é o artigo 16º onde o Município se desresponsabiliza sobre quaisquer efeitos negativos resultantes das intervenções médicas realizadas ou efeitos secundários e rejeição de tratamentos feitos. Ora se é a Câmara Municipal que oferece, escolhe e encaminha as pessoas para as Clínicas que entende, (é a Câmara que escolhe o destino em Cuba) deve ser-lhe exigido responsabilidade no processo já que a qualidade na prestação dos cuidados de saúde é imprescindível. As intervenções e tratamentos em Cuba não tem acompanhamento pós operatório pelo que compete à Câmara Municipal assumir as responsabilidades neste período não deixando ao desamparo as pessoas nesse período. A Senhora Vereadora frisou que intervenções feitas em Cuba o seu pós-operatório teve complicações e que foi necessário o Hospital de Faro intervir.

A Senhora Vereadora Jovita ladeira refere que o projecto de regulamento vai para discussão pública e que será naturalmente aperfeiçoado e rectificação de algumas incongruências pelo que se irá abster nesta fase.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Silvia Madeira, no sentido de ser aprovado o Projecto de Regulamento Municipal para Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos no âmbito da promoção da Saúde e combate à Doença e nos termos e para os efeitos tidos no artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo, seja remetida a sua publicação na 2ª Série do Diário da República, promovendo a consulta pública, documento que constitui parte integrante da respectiva acta.

PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A AGREGADOS FAMILIARES DESFAVORECIDOS.

- A Sra. Vereador Jovita Ladeira referiu que verifica que a proposta da Câmara pretende reunir num mesmo regulamento aquilo que andava disperso, o que é importante. Sublinhou ainda que as áreas de intervenção propostas revêem-se na génese do Partido Socialista, na sua prática e nas suas propostas, como seja o apoio a pessoas portadoras de deficiência, toxicodependências e apoio a agregados familiares desfavorecidos.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Silvia Madeira, no sentido de ser aprovado o Projecto de Regulamento Municipal para atribuição de apoios a agregados familiares desfavorecidos e nos termos e para os efeitos tidos no artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo, seja remetida a sua publicação na 2ª Série do Diário da República, promovendo a consulta pública, documento que constitui parte integrante da respectiva acta.

PROJECTO DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

- A Sra. Vereador Jovita Ladeira referiu que a proposta da Câmara introduz um grau de responsabilização aos munícipes apoiados, leva em conta os sinais exteriores de riqueza e concomitantemente a possibilidade de apoio integral em casos extremos questões que o PS sempre defendeu. Lamenta que só agora se tome esta decisão mas também sabe que não o actual executivo não o fez num passado recente para daí poder tirar dividendos eleitorais e, só o faz hoje, em razão da situação caótica em que se encontra a Câmara Municipal.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Silvia Madeira, no sentido de ser aprovado o Projecto de alterações ao Regulamento Municipal para Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António e nos termos e para os efeitos tidos no artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo, seja remetida a sua publicação na 2ª Série do Diário da República, promovendo a consulta pública, documento que constitui parte integrante da respectiva acta.

REGULAMENTO PARA APOIO À HABITAÇÃO DEGRADADA PARA ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS NO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Silvia Madeira, no sentido de serem aprovados todos os processos de apoio à recuperação de casas degradadas, existentes na Divisão de Acção Social desta Autarquia até à presente data, sejam analisados de acordo com a publicação do Regulamento supramencionado, que no presente ano civil, excepcionalmente, não seja criado nenhum período para apresentação de candidaturas ao referido apoio, uma vez que é pretensão da Autarquia analisar todos os processos pendentes na Divisão da Acção Social, da interpretação conjugada do disposto no artigo 6.º com o artigo 20.º do Regulamento, na análise dos processos existentes, se considere apenas a seguinte documentação:

- a) Fotocópia do Cartão do Cidadão ou dos Bilhetes de Identidade ou Cédula Pessoal ou Passaporte ou cartão de autorização de residência em caso de não ser um cidadão da União Europeia, e Contribuinte, de todos os elementos do agregado familiar;*
- b) Fotocópia dos documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos pelo agregado familiar;*
- c) Fotocópia actualizada da Caderneta Predial (Repartição Finanças), Escritura ou Certidão de Teor (Conservatória Registo Predial) do imóvel a ser intervencionado, incluindo última declaração de IRS actualizada;*
- d) Certidão da Repartição de Finanças onde constem os bens imóveis registados em nome dos elementos do agregado familiar;*
- e) Fotocópia da Habilitação dos Herdeiros, quando aplicável;*

- f) Qualquer outro documento que a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António entenda por necessário, útil ou conveniente à análise e decisão da candidatura;*
- g) Quando não seja de todo possível ao candidato a apresentação de quaisquer dos documentos referidos, ou se tal apresentação implicar uma dificuldade desajustada ou uma obstrução aos fins do presente regulamento, o candidato deverá apresentar, por escrito, as razões para a não apresentação, cabendo à Câmara Municipal de Vila Real de Santo António a apreciação desse facto para efeitos de validação ou exclusão da candidatura,*
- e até à definição do primeiro período de candidatura, não sejam aceites e entregues novos pedidos, documento que constitui parte integrante da respectiva acta.*

SEGUNDA VERSÃO DOS PROJECTOS DE REGULAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA AO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E DE REGULAMENTO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

- A Sra. Vereador Jovita Ladeira referiu que a proposta da Câmara apresentada pela Câmara refere nos seus considerandos que a proposta anterior continha alguns erros e alguns preceitos regulamentares que podiam colocar em causa o interesse publico pelo que solicita que haja mais cuidado técnico na elaboração dos documentos já que é usual depositar-se confiança nos documentos apresentados. A Sra. Vereadora informou que se iria abster por não ter tido possibilidade de análise do extenso documento e dado que o mesmo descera à Assembleia Municipal aí será apreciado

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de serem aprovados os Projectos de Regulamento de Distribuição de Água do Município de Vila Real de Santo António e de Regulamento de Drenagem de Águas Residuais Urbanas do Município de Vila Real de Santo António, condicionado a essa aprovação, submeter os mencionado Projectos de Regulamento a um novo período de consulta pública, findo o qual serão as versões finais dos Regulamentos submetidas a aprovação em Assembleia Municipal, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

Para os devidos efeitos se consigna que a Sra. Vereadora Sílvia Madeira declarou -se impedida, por ter um vínculo contratual com a SGU, e, conseqüentemente, não participou na votação.

APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DAS “CONDIÇÕES DE ALIENAÇÃO DOS LOTES DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL”.

- A Sra. Vereador Jovita Ladeira referiu que após as explicações dadas pelo Senhor Presidente e tomando-as como certas, considera a necessidade de ajustamento dos espaços à evolução e necessidades do mercado.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de serem aprovadas as alterações às “Condições de Alienação dos Lotes do Loteamento Industrial”:

No anexo ao documento, onde se lê:

É permitida a instalação no loteamento industrial de Vila real de santo António de empresas ou outras entidades cuja actividade se enquadre nas seguintes áreas, tal como são definidas na classificação portuguesa de actividades económicas, segundo o decreto-lei n.º 182/93 de 14 de Maio:

- Secção D (indústrias transformadoras)*
- Secção E (produção e distribuição de electricidade, gás e água)*
- Secção F (construção)*
- Secção G, divisões 50 (comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos; comércio a retalho de combustíveis para veículos), 51 (comércio por grosso e agentes do comércio) e 52 (comércio a retalho de produtos farmacêuticos, médicos, cosméticos e de higiene)*
- Secção M, divisão 80, subclasse 80421 (formação profissional)*

Deve passar a ler-se:

É permitida a instalação no loteamento industrial de Vila real de santo António de empresas ou outras entidades cuja actividade se enquadre nas seguintes áreas, tal como são definidas na classificação portuguesa de actividades económicas, segundo o Decreto-Lei n.º 182/93 de 14 de Maio, na sua actual redacção:

- Secção D (indústrias transformadoras)*
- Secção E (produção e distribuição de electricidade, gás e água)*
- Secção F (construção)*

- Secção G, divisões 50 (comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos; comércio a retalho de combustíveis para veículos), 51 (comércio por grosso e agentes do comércio), 52 (comércio a retalho de produtos farmacêuticos, médicos, cosméticos e de higiene; comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco em estabelecimentos especializados)

- Secção O, divisão 93 (actividades funerárias e conexas)

- Secção M, divisão 80, subclasse 80421 (formação profissional),

e dar conhecimento da presente deliberação à Equipa Multidisciplinar de Gestão Territorial e Urbanística para efeitos de alteração do Loteamento Industrial de Vila Real de Santo António, caso seja necessário, em conformidade com a mesma, documento que constitui parte integrante da presente acta.

VRSA: UNIDADE CUIDADOS CONTINUADOS “DENUNCIA ACORDO COM A VILLALIVING; REVERSÃO DO TERRENO CEDIDO EM DIREITO DE SUPERFÍCIE E DE UMA FORMA NÃO ONEROSA; PROMOÇÃO CONTACTOS CAPAZES ALAVANCAR O PROJECTO”.

- Pela Sra. Vereadora Jovita Ladeira, foi apresentada e lida a sua Proposta no sentido da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António denuncie o acordo com a VillaLiving e proceda à reversão do terreno, que desenvolva os contactos necessários para encontrar empresas/organizações idóneas capazes de alavancar o projecto e que repense a localização prevista para a Unidade de Cuidados Continuados, documento que constitui parte integrante da respectiva acta.

- Em alternativa, o Sr. Presidente apresentou a sua Proposta, no sentido da Câmara Municipal aguardar resposta da Empresa VillaLiving a fim de decidir a continuidade ou não do investimento, documento que tem idêntico tratamento ao anteriormente citado.

= Postas à votação, em alternativa, a Proposta “A”, da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, teve o voto favorável da proponente, pelo que foi preterida.

A Proposta “B” do Sr. Presidente, teve os votos favoráveis do Sr. Vice Presidente e dos Srs. Vereadores Maria Conceição Cabrita, João Rodrigues, Silvia Madeira e Francisco Palma, pelo que foi aprovada.

Pela Sra. Jovita Ladeira foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

”Lamento a posição do senhor Presidente, na verdade não jogou pelo seguro neste processo escriturando os artigos em nome da Empresa e, que seja do nosso conhecimento, decorreu este tempo todo sem tomar uma posição. Agora, que foi confrontado e apanhado de surpresa com o teor da proposta do Partido Socialista vem dizer que já há mais de um ano que anda a tratar do assunto, é caso para perguntar porque não informou a Câmara, que era da sua obrigação? O PS sabe que esta proposta não é extemporânea ela é acutilante e acima de tudo surge na defesa do interesse publico já que os princípios de utilização/interesse público que justificaram a cedência não onerosa do terreno alteraram-se em razão da Empresa VillaLiving não ter dado cumprimento ao protocolo já que nada foi realizado e no quadro actual não se desenham perspectivas de que tal aconteça. Quanto à localização do equipamento em devido tempo o PS questionou a mesma já que o terreno integrava o domínio público municipal, proveniente de cedência de um loteamento à Câmara Municipal, registado na Conservatória com um destino específico, arruamentos, zonas verdes, estacionamento e Parque Infantil. Em conformidade com a legislação vigente, as parcelas de terreno cedidas à Câmara Municipal em razão de loteamentos, integram automaticamente o domínio público municipal e não podem ser afectas a fim distinto do previsto. Igualmente o PS questionou a localização da suposta Unidade de

Cuidados Continuados em razão de não permitir o cumprimento da legislação sobre as condições de instalação e licenciamento a que estão obrigadas as Unidades de Cuidados Continuados. Vir agora o Senhor Presidente propor que no prazo de 15 dias a Vereadora proponha outra localização não é uma proposta politicamente honesta, esta reacção mostra o quanto inquieto está com este assunto. Mas naturalmente com a quantidade de terrenos que diz que a Câmara comprou durante o seu mandato, que nós já pedimos listagem há “séculos” e até ao momento nada recebemos, certamente haverá um que permita a instalação de uma Unidade de Cuidados Continuados.” E que cumpra a Lei.

ACORDO DE AFECTAÇÃO DE ACTIVOS TANGÍVEIS ENTRE ENTIDADES DO GRUPO ECONÓMICO CONSOLIDANTE MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a celebração do acordo de afectação de activos tangíveis entre entidades do Grupo Económico Consolidante Município de Vila Real de Santo António, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

Para os devidos efeitos se consigna que a Sra. Vereadora Sílvia Madeira declarou -se impedida, por ter um vínculo contratual com a SGU, e, consequentemente, não participou na votação.

ADENDA PARA ALTERAÇÃO AO CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M. S.A., RELATIVO À GESTÃO DO EQUIPAMENTO COLECTIVO DA CASA DO AVÔ.

- A Sra. Vereador Jovita Ladeira propôs que o contrato programa com a Empresa Municipal SGU para gestão da Casa do Avô deveria conter uma cláusula no sentido de que até ao dia 15 de Março do ano seguinte deveria a SGU enviar a reunião de Câmara, para conhecimento, o relatório de actividades e gestão financeira do ano anterior do equipamento em causa. Esta atitude era essencial já que a Casa do Avô é financiada por dinheiros públicos. A Senhora Vereadora disse que o solicitado era simples de obter já que a SGU deverá ter um centro de custos associado à Casa do Avô. A proposta em causa não foi aceite pelo que a Senhora Vereadora informou que iria votar contra.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a adenda para alteração ao Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Vila Real de Santo António e a VRSA Sociedade de Gestão Urbana, E.M. S.A. relativo à gestão do equipamento colectivo da Casa do Avô, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

Para os devidos efeitos se consigna que a Sra. Vereadora Sílvia Madeira declarou -se impedida, por ter um vínculo contratual com a SGU, e, conseqüentemente, não participou na votação.

ADENDA PARA ALTERAÇÃO AO CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M. S.A., PARA A REABILITAÇÃO E EXPLORAÇÃO CONJUNTA, DE IMÓVEIS SITUADOS NO CENTRO HISTÓRICO, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DA VRSA SGU EM SA.

- A Sra. Vereador Jovita Ladeira referiu que o Projecto para reabilitação e exploração conjunta de imóveis situados no centro histórico, propriedade do município e da VRSA SGU com fim turísticos tinha tido à data o voto favorável do PS já que era uma iniciativa interessante para alavancar economicamente a zona. No entanto a proposta de alteração ora apresentada e em discussão ia no sentido de que todo o processo de concurso, selecção, adjudicação e subsequente contratação do Concurso Publico fosse alocado exclusivamente à VRSA SGU. A Vereadora não concorda com este princípio já que o negócio em causa pode movimentar grandes interesses financeiros e a Câmara Municipal fica arredada de qualquer informação e qualquer tipo de fiscalização, pelo que propôs que se integrasse a obrigatoriedade da VRSA SGU enviar ao Órgão Câmara Municipal o processo de concurso para análise e votação sendo o mesmo vinculativo.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a adenda para alteração ao Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Vila Real de Santo António e a VRSA Sociedade de Gestão Urbana, E.M. S.A., de forma a permitir o desenvolvimento económico local e regional do Concelho, através de um concurso público de concepção, construção/reabilitação, exploração e manutenção, dos imóveis inseridos no centro histórico de VRSA, propriedade do Município e da VRSA SGU EM SA e submeter à Assembleia Municipal para apreciação aprovação, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

Para os devidos efeitos se consigna que a Sra. Vereadora Sílvia Madeira declarou -se impedida, por ter um vínculo contratual com a SGU, e, conseqüentemente, não participou na votação.

CONTRATO-PROGRAMA DE APOIO COM RECURSOS DA VRSA SGU EM SA NA ACTIVIDADE MUNICIPAL DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Vila Real de Santo António e a VRSA Sociedade de Gestão Urbana, E.M. S.A. relativo à actividade de recolha de resíduos sólidos urbanos no Concelho, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

Para os devidos efeitos se consigna que a Sra. Vereadora Sílvia Madeira declarou -se impedida, por ter um vínculo contratual com a SGU, e, conseqüentemente, não participou na votação.

CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M. S.A., PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS DO CONCELHO.

- A Sra. Vereador Jovita Ladeira referiu que o problema de drenagem das águas pluviais em Vila Real de Santo António e Monte Gordo merece a nossa melhor atenção e intervenção já que quando chove as inundações são o habitual com os prejuízos que daí advêm para a população. As alterações climáticas têm vindo a dar o seu sinal com a violência dos fenómenos atmosféricos ocorridos por isso mais uma razão para a nossa preocupação. Neste quadro a manutenção da rede de águas pluviais já existente no Concelho torna-se fundamental pelo que não se irá opor ao objecto da proposta, na certeza de que findo o ano de 2011 pretende junto da VRSA SGU e

através da justificação da execução do contrato aferir dos gastos e da utilização da verba acordada para o ano que é de 349.500 euros.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Vila Real de Santo António e a VRSA Sociedade de Gestão Urbana, E.M. S.A. relativo à realização de serviços de manutenção da rede de águas pluviais do Concelho, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

Para os devidos efeitos se consigna que a Sra. Vereadora Sílvia Madeira declarou -se impedida, por ter um vínculo contratual com a SGU, e, conseqüentemente, não participou na votação.

CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M. S.A., PARA A ORÇAMENTAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RAMAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS.

- A Sra. Vereador Jovita Ladeira referiu que o objecto da proposta da Câmara é idêntico à proposta anterior e que se centra exactamente no problema de drenagem das águas pluviais em Vila Real de Santo António e Monte Gordo pelo que granjeia a nossa melhor ponderação já que quando chove as inundações são o habitual com os danos que daí resultam para a população. Por isso é necessário fomentar e estimular os investimentos que concorram para a sua redução e contribuam para a internalização dos benefícios ambientais e sociais que resultem para a comunidade de acções a levar a cabo neste domínio. A Senhora Vereadora Jovita Ladeira referiu ainda que estará atenta ao teor da avaliação da eficácia da execução do presente contrato programa.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Vila Real de Santo António e a VRSA Sociedade de Gestão Urbana, E.M. S.A. relativo à orçamentação, execução e fiscalização de ramais de águas pluviais do Concelho, no sentido de dotar o Município de capacidade de resposta interna à execução deste tipo de infra-estruturas urbanas, garantindo a sua plena funcionalidade, e remeter à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

Para os devidos efeitos se consigna que a Sra. Vereadora Sílvia Madeira declarou -se impedida, por ter um vínculo contratual com a SGU, e, consequentemente, não participou na votação.

CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M. S.A., PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FRENTE RIBEIRINHA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

- A Sra. Vereador Jovita Ladeira referiu que o objecto da proposta da Câmara constitui como gestor da Frente Ribeirinha de VRSA a Empresa Municipal SGU e assume que esta empresa deverá ser a parceira do IPTM no desenvolvimento do contrato de gestão no quadro do acordo estabelecido no Protocolo entre o Município, o IPTM e a VRSA SGU em 2007. Ora a gestão da Frente Ribeirinha assume-se como um potencial de desenvolvimento ímpar para o concelho e o mesmo exige uma visão de gestão empresarial que em larga medida ultrapassa o quadro Municipal. Assim é de todo importante que esta área de intervenção e decisão fique na esfera da

decisão dos agentes municipais e não emigre para um qualquer investidor privado. Por isso o nosso voto será favorável sendo que há questões que deverão ser acauteladas, nomeadamente o acompanhamento regular e fiscalização de todo o processo pelos Órgãos Municipais e Assembleia Municipal. O PS lamenta que só passados 4 anos sobre o acordo com o IPTM não se tenha evoluído até ao momento para o contrato de gestão da zona ribeirinha e regista que o Município só em “vésperas “ de eleições venha reactivar o processo.

O PS defende que nem desemprego, nem o regresso forçado à inactividade, nem a emigração forçada são saídas e assume que o Poder Local tem um papel capital no dinamismo económica do concelho com a consequente criação de postos de trabalho.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Vila Real de Santo António e a VRSA Sociedade de Gestão Urbana, E.M. S.A. com o objectivo de serem delegadas as competências necessárias para a execução das funções relacionadas com a requalificação urbana da Frente Ribeirinha de Vila Real de Santo António, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

Para os devidos efeitos se consigna que a Sra. Vereadora Sílvia Madeira declarou -se impedida, por ter um vínculo contratual com a SGU, e, consequentemente, não participou na votação.

ACTA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade, dos membros presentes e ao abrigo do n.º 3 do artigo 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a acta da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 12.10 horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente acta que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, _____, Chefe de Divisão de Actividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.
